

Marco Morel

Professor adjunto do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em História pela Universidade de Paris I.

Palavras Além das Letras

Apontamentos sobre imprensa e oralidade na primeira metade do século XIX

O artigo se propõe a analisar formas de circulação e transmissão relacionadas à imprensa que não se limitam ao espaço impresso. Com enfoque na interseção entre as palavras impressa e falada, o autor toma como estudo de caso jornais do Rio de Janeiro dos anos 1820, além de relatos de diplomatas franceses sobre as “vozes públicas”, tendo, criticamente, como referência, a recente historiografia cultural francesa.

Palavras-chave: história da imprensa; oralidade e imprensa; história cultural.



The purpose of the article is to analyze circulation and transmission related to the press, but not limited to it. The focus lies of intersection between the spoken and the written words. The author studies the newspapers in 1820's Rio de Janeiro, besides French diplomats' accounts of the “public voices”, considered critically as a reference to the recent French cultural historiography.

Keywords: history of press; orality and press; cultural history.

É difícil estudar a imprensa além da palavra impressa. O objetivo deste trabalho, porém, é justamente chamar atenção para formas de circulação e transmissão que, relacionadas à imprensa, não se limitam a ela: a “invasão” de

palavras faladas sobre o espaço impresso. Tal movimento compõe uma via de mão dupla incluindo o trajeto no sentido inverso, ou seja: o “transbordamento” das palavras do papel para as vozes – que, entretanto, não será abordado aqui. Não é apenas um

esquema dual: mais precisamente, trata-se de um campo de várias vias e cruzamentos. O enfoque, portanto, centra-se na nem sempre visível área de interseção entre palavras impressa e falada.

Recorrendo à conhecida fórmula introdutória e defensiva do antes-que-me-digam: não intenciono supervalorizar e tomar tais expressões extra letra como forma única e predominante de transmissão, pois não seria adequado perder de vista as especificidades de universos tão distintos, ainda que interligados, como a escrita, a impressão e a oralidade – com seus respectivos protocolos, paradoxos e complexidades. Mas o objetivo aqui é assinalar interações entre estes universos num contexto dado, ou seja, o Brasil da primeira metade do século XIX, mais particularmente em torno da imprensa periódica da cidade imperial do Rio de Janeiro. E assinalando, neste recorte, o papel de agentes intermediários franceses na elaboração de percepções sobre este entorno de palavras que circulavam em diferentes espaços, seja pelos testemunhos da época, seja pelo diálogo com a recente historiografia sobre o cultural.

O texto está apresentado da seguinte maneira: inicialmente, uma breve discussão historiográfica sobre o tema, com foco nas historiografias francesa e brasileira. Em seguida, serão tratadas questões relativas à oralidade que aparecem no papel impresso por meio do relato dos agentes diplomáticos franceses e, consecutivamente, em periódicos cariocas dos anos 1820-30. Ao fim, rápidas conclusões e esquemas explicativos.

POSIÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

A análise da inter-relação entre a palavra escrita e a falada, no âmbito dos impressos, não é exatamente novidade no campo da historiografia. Descartando aqui outros gêneros de estudo, como os antropológicos, linguísticos ou literários (embora tais contribuições sejam preciosas para os historiadores), há algumas indicações a assinalar na segunda metade do século XX. Veja-se, por exemplo, um conjunto de autores anglo-saxônicos que nos anos 1960-70 considerou que o advento da imprensa, ao invés de separar, ao contrário, aproximou universos até então mais nitidamente apartados, como as elites letradas e as populações pobres, ou a escrita e a oralidade, através do que chamaram “intercâmbio cultural cruzado”. Compreendendo a imprensa não apenas como fonte de ideias, mas também como geradora de relações, tais autores detinham-se preferencialmente no estudo do Renascimento, na Europa, e tomavam como objeto os efeitos da recente criação da imprensa em ambientes populares como definidora de novas relações culturais e políticas. Ao mesmo tempo, a perspectiva de estudo destes autores, ainda que com diferenças e nuances entre si, enfatizava a alfabetização e a leitura como formas de acesso à escrita, até porque compreendiam que as estruturas e hierarquias sociais e suas respectivas visões de mundo é que determinam as expressões culturais e condicionam os

índices de acesso à cultura letrada. Não se colocavam, portanto, paradoxalmente, as relações estabelecidas pela imprensa, que eles próprios destacavam, como geradoras e com potencial de interferir na realidade social, mas, sim, como expressão (não usavam o termo “reflexo”) de relações sociais predeterminadas, nem compreendiam o peso que a oralidade poderia ter neste conjunto, na medida em que privilegiavam o acesso direto às letras por pessoas das camadas pobres alfabetizadas.¹

Outra tendência – bem mais difundida no Brasil – sobre a mesma temática no âmbito da historiografia francesa (ou sobre a França) das décadas de 1970-80, ainda atuante nos dias de hoje, baseou seus estudos preferencialmente nos amplos domínios do Iluminismo e da Revolução Francesa do século XVIII, bem como sobre o século XVII, caracterizando a chamada História Cultural, com expressiva repercussão na historiografia brasileira de fins do século XX e início do XXI. Olhando aqui – e de modo sintético – apenas para o objeto do presente artigo, vemos duas principais posições se delinearem no interior desta tendência historiográfica. Roger Chartier, na esteira de Pierre Bourdieu, aponta para a irredutibilidade entre a lógica da prática e a lógica do discurso, considerando o texto como mediação: seja intermediando a relação entre o historiador e o objeto que ele estuda, seja como metáfora, isto é, os textos não constituem as próprias prá-

ticas, mas são formas de acesso a elas. Chartier reforça o argumento de que o historiador atual só pode ter acesso às falas e vozes daquelas épocas estudadas através do registro escrito.²

Ainda no âmbito desta história cultural, Robert Darnton fez a instigante escolha de estudar indivíduos e grupos não “iluminados” durante o Iluminismo francês, procurando demarcar-se da história das ideias – onde eram abordados, preferencialmente, autores consagrados e obras escritas. Ou seja, enfoca não o pensamento formalizado e concatenado em tendências e autores filosóficos, mas as visões de mundo, no cotidiano, das camadas pobres da população. Darnton compreende, em linhas gerais, os modos de pensar destes setores como se fossem textos a serem analisados e contextualizados. Na esteira de Michel Foucault e do diálogo com a linguística, pode-se dizer que ele trata de práticas discursivas e práticas não discursivas.³

Percebe-se, portanto, a diferença, neste aspecto, entre Chartier e Darnton no tocante à maneira de compreender e abordar as relações entre letras e vozes. Essa questão resvala para outra discussão ampla e, em geral, de posições cristalizadas, que é a da cultura popular. Embora evidentemente relacionada ao tema deste estudo, tal discussão não será levada em conta aqui. Identidade nacional, identidade de classe social, identidade cultural, identidade étnica – no plural ou no singular, tais identidades são relevantes e cruciais, mas

formam um oceânico arcabouço teórico e político que foge aos objetivos deste artigo. Por ora, gostaria apenas de assinalar que considero problemático tomar como referência coesa a noção de “popular” como portadora quase natural de projetos políticos e visões de mundo, muitas vezes confundidos de forma “i-mediata” com posições na hierarquia social.

Outra referência marcante – e, igualmente, com forte repercussão no Brasil – veio do historiador italiano Carlo Ginzburg, por meio da categoria de circularidade. Na síntese do próprio autor: “(...) termo circularidade: entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo (...)”.⁴

Esta é uma perspectiva fecunda, na medida em que admite e ressalta as relações não somente entre a oralidade e a escrita, mas entre as diferentes condições sociais. Ginzburg não limita, pois, sua compreensão de cultura a uma simples associação entre oral/popular de um lado e erudito/letrado de outro, o que seria uma falsa dicotomia, já que indivíduos de ambas as condições podem se expressar oralmente ou por escrito, ou se apropriando da escrita impressa. Mas procura compreender as interações, partindo da clivagem social. Diante da concepção de Ginzburg, cabe a indagação: seria a abordagem centrada na divisão entre oralidade e escrita (impressa) incompleta, na medida em que

parece destacada das relações sociais? Respondendo rapidamente: acredito que não. As expressões orais e impressas estão marcadas pela clivagem social, mas não se confundem simetricamente com estas – como o próprio Ginzburg deve concordar. Não sendo, pois, redutíveis entre si tais dimensões, o enfoque a ser escolhido pode variar, sem criar incoerências: seja estudar oral/escrito marcados pelos conflitos sociais, mas com dinâmicas próprias, seja proceder inversamente. Além do mais, com todo o potencial criativo que a categoria de circularidade efetivamente contém, ao abrir a compreensão para a circulação da palavra em diferentes espaços e instâncias, convém deixar a ressalva de que a noção de círculo (denota um campo limitado) bem como a dualidade “de baixo para cima e de cima para baixo” (implica em hierarquia) podem não dar conta da polissemia complexa e dos caminhos muitas vezes inusitados das palavras faladas e gravadas no papel.

Assinalo a contribuição da historiadora francesa Arlette Farge, que, em seus trabalhos sobre as camadas pobres da França do século XVIII, chama atenção para as marcas que a oralidade deixa na escrita e destaca o que nomeia como “opinião pública popular”. Deste modo, é possível superar a visão de que os textos (mesmo os gerados pelo aparelho repressivo policial e judiciário, como os que ela estudou) são monolíticos, mas que, ao contrário, encontram-se atravessados por vozes e

falas que, aprisionadas muitas vezes como aqueles que as pronunciam, intrometem-se e até subvertem, em parte, o sentido dos textos produzidos para coibi-las – a depender, está claro, da perspectiva teórica, metodológica e política do historiador que as estuda.⁵ E, da mesma forma, a perspectiva do historiador hispano-franco, François-Xavier Guerra, sobre as vozes do povo, destacando a importância da circulação dos rumores e falas como integrantes dos espaços públicos.⁶

Na mesma linha de reflexão, acredito ser importante assinalar a contribuição de Daniel Roche e Robert Darnton ao considerarem a imprensa como agente histórico, ou seja, não apenas discurso, reflexo de estruturas socioeconômicas determinadas sem disputas ou, ainda, mero canal (veículo) simplificado de ideias políticas formuladas em outras instâncias. Esta perspectiva facilita o estudo da imprensa como objeto, não apenas como fonte.⁷

Igualmente, este conjunto da recente historiografia cultural francesa, se assim podemos chamar, sobre o qual não cabe aqui uma resenha crítica ou síntese, formula a possibilidade de libertação, pelos historiadores, de parâmetros caros ao Iluminismo, como o de que os papéis impressos são portadores de *luzes* potencialmente transformadoras e que influenciam as consciências e, assim, espalham-se pelas sociedades. A própria *Encyclopédie* definia imprensa (*presse*) num feixe de significados: máquina de imprimir, arte de difundir o discurso, fonte de progresso e

direito de liberdade de expressão.⁸ Este somatório, portanto, carrega a noção de “imprensa” de conteúdos distintos que, deste modo, se aproximam e parecem sempre interligados. A compreensão da imprensa como portadora de *luzes* para os despossuídos delas, tão marcante no ideário iluminista e assídua nas intenções dos próprios redatores de periódicos, pode ser matizada justamente no estudo deste complexo e ainda pouco conhecido campo de interseção, cruzamento e circulação entre palavra falada e palavra impressa.

Na ainda recente renovação historiográfica brasileira sobre a imprensa, em boa medida marcada pela história cultural francesa acima citada, a questão tem aparecido, embora não seja rigorosamente uma novidade. Em trabalhos anteriores, como os de Nelson Werneck Sodré e Arnaldo Contier, o tema já era abordado. Em outros mais atuais, como os de Isabel Lustosa e Lúcia Bastos Pereira das Neves, para citar alguns dentre os mais representativos, também. Ocorre que, apesar das evidentes diferenças entre tais trabalhos, cada qual com sua contribuição original, a tendência comum é, por um lado, reconhecer a importância e o peso da oralidade diante da imprensa recém-criada no território brasileiro (retomando os argumentos da precariedade da alfabetização e das tiragens reduzidas, por exemplo) e, por outro, não desenvolver de modo efetivo as possíveis ligações e marcas recíprocas entre a oralidade e a escrita impressa.⁹

Na historiografia brasileira, há obras de cunho sociopolítico que tratam das relações entre os diversos grupos e setores sociais evidenciando que, apesar dos conflitos e distâncias, havia justamente relações entre eles, ainda que assimétricas. Essas concepções da sociedade brasileira oitocentista ajudam a compreender que as elites culturais, mesmo formando um universo peculiar, não estavam totalmente isoladas do contexto em que viviam, ainda que pretendessem, em sua autoimagem, este distanciamento e superioridade como forma de distinção.¹⁰ Tais relações ocorriam também por meio desta circulação de palavras.

Arnaldo Contier, em seu trabalho pioneiro, cita Antonio Candido, que, em instigante análise sociológica da literatura, aponta justamente o transbordamento da palavra impressa em direção à oralidade, através de diferentes formas de retórica, espraçadas em espaços urbanos, no século XIX brasileiro.¹¹ Trata-se, nesta linha, do estudo de gêneros escritos que intencionam a expressão oral, como declamação literária, retórica política ou jurídica, edição de sermões, entre outros. Ao mesmo tempo, tal movimento do impresso que transborda para a verbalização pode ser estudado no próprio formato do jornal, preço, tiragem, iconografia etc., além da vontade expressa pelos redatores de atingir um público carente de letras e *luzes*. Essa vertente, como já foi anunciado, não será tratada no presente artigo, embora constitua uma das vias do cruzamento aqui abordado.

A INTERMEDIÇÃO FRANCESA: (DES)CAMINHOS DAS LUZES

Em trabalho anterior, eu já havia assinalado que, mesmo após o surgimento da imprensa periódica no Brasil, havia um complexo universo de palavras – manuscritas ou faladas – que se mantinham em circulação, sobretudo nos espaços urbanos.¹² A imprensa recém-produzida no território brasileiro era como ilha num mar de oralidade; não havia como evitar contatos recíprocos. Por outro lado, é sabido que a mesma imprensa traria mudanças importantes e um reordenamento nos espaços públicos e na forma de circulação das palavras. Trata-se, a seguir, não propriamente de compará-las, como dimensões estanques, mas de indagar como se relacionavam. Resta, porém, uma questão preliminar: como acessar hoje tal universo da oralidade do início do século XIX? A resposta não deixa opções além dos registros escrito e iconográfico.

Cabe ressaltar que, entre as narrativas intencionais (não muito numerosas) destas expressões, estavam as de agentes diplomáticos franceses dos anos 1820-30 no Rio de Janeiro.¹³ Os relatos de tais representantes da França podem ser lidos não estritamente no sentido diplomático, mas, neste caso, como testemunho, à maneira dos escritos de viajantes estrangeiros – ainda que “viajantes” com perfil e inserção específicos naquela sociedade.

A escrita desses agentes governamentais, a princípio não destinada à publicação (embora um deles, o conde de Saint-Priest,

tenha publicado, posteriormente, livros, que estão a merecer atenção), tinha como destinatários os sucessivos ministros das Relações Exteriores na França, entre os quais o conhecido escritor e homem público François-René Chateaubriand, um dos fundadores do Romantismo.¹⁴ Acessíveis hoje a pesquisadores, tais documentos revelam-se como instigante crônica da política e dos costumes da sociedade brasileira daquele momento – e, destacadamente, como expressão das visões de setores das elites europeias face às jovens nações do Novo Mundo.¹⁵ Os relatos são pontuados de preconceitos e estereótipos, alguns presentes ainda hoje, como o racismo e a inferioridade da população negra e mestiça, queixas sobre o calor dos trópicos e afirmação da inexistência de verdadeiros partidos políticos, entre outros pontos.

Vale destacar que o perfil geral de tais representantes franceses no Brasil neste período pós-Independência era de homens oriundos do ambiente contrarrevolucionário (*ultra-royaliste*) francês e que serviam, justamente, sob a Restauração monárquica (1814-1830) e, em seguida, durante a Monarquia de Julho (1830-1848). Ou seja, eram não apenas agentes diplomáticos, mas atores históricos que haviam sido afetados, prejudicados e combateram, inclusive militarmente, a Revolução Francesa, seus princípios e consequências. Quase sempre nobres (conde de Gestas, conde de Pontois, conde de Saint-Priest) ou servidores da Coroa ligados ao aparelho administrativo e militar (coronel Maler), ti-

nham, portanto, posição determinada nestes cruzamentos culturais e políticos, não raro aliando-se a interesses econômicos e políticos dos grupos dirigentes brasileiros. Expressaram, a seu modo, determinado perfil do que seria uma identidade nacional brasileira – expressões presentes em parcela significativa das elites culturais e políticas europeias e que ajudaria a formar, de certo modo, a identidade nacional forjada pelas mesmas elites brasileiras.

Se, ainda assim, insistíssemos em destacar as Luzes francesas sobre o Brasil, seria preciso admitir que elas passavam pelo filtro da Restauração monárquica, do ponto de vista político, cultural e até editorial – como no caso do livreiro e editor francês Pierre Plancher no Rio de Janeiro do mesmo período, que tinha como principal filão editorial a venda e edição de obras contrárias à Revolução Francesa.¹⁶

Ainda levando em conta tais mediações entre o olhar dos agentes franceses e as expressões que eles narravam, ou seja, compreendendo esses testemunhos também como integrantes daquele contexto, eles nos trazem pistas interessantes. Associavam, com frequência, a “agitação crescente dos espíritos” com papéis que eram pregados e apregoados pelas ruas, nas portas de residências, igrejas ou estabelecimentos comerciais. A expressão de rumores, gritos, tensões nas ruas, entreouvidas nas casas e palácios, era literalmente narrada como se essas vozes tomassem conta das ruas e compusessem parte ativa do cenário e das discussões políticas.

Um destes testemunhos é particularmente significativo, para esclarecer o ponto de vista dos diplomatas diante das vozes públicas por eles presenciadas:

*J'ai lu hier un placard manuscrit affiché à la porte de M. François de Paula, qui y demandait la tête des personnes les plus distinguées et on veut envoyer aux galères en Afrique la plupart des individus attachés auprès de la personne du souverain. J'ai vu toute espèce de Gens en faire des copies avec une effronterie inconcevable.*¹⁷

Percebem-se, nesta citação, elementos instigantes. O folheto manuscrito, afixado à porta de uma residência, portanto voltado para a rua, trazia proposições políticas ousadas e contundentes – eram lidas e, sobretudo, copiadas “por toda espécie de gente”, isto é, por pessoas fora do habitual público leitor de periódicos ou livros, pelo menos aos olhos desta autoridade europeia. Era mais um trajeto da palavra – manuscrita, lida coletivamente, afixada nas ruas e copiada – que se delineava.

É curioso verificar que o registro da circulação de papéis anônimos, em geral qualificados de “incendiários” e portando conteúdos polêmicos e políticos, quando não ofensivos, era constantemente acompanhado das falas que os narradores chamavam de turbulentas ou ameaçadoras. Tais papéis e vozes ocupavam espaço considerável na correspondência destes diplomatas franceses, ao lado das publicações dos jornais (muitas vezes anexados ao relato), dos acontecimentos políticos

marcantes e das intrigas e disputas da Corte imperial, às quais os diplomatas tinham acesso privilegiado. Tomados assim em conjunto, reconstituídos criticamente a partir dos olhares dos diplomatas europeus, podemos afirmar que esses papéis e vozes tinham papel preponderante na constituição dos espaços públicos da época.

AS VOZES MARCAM A IMPRENSA

Ao lado desses relatos dos agentes franceses, a marca da oralidade na imprensa pode ser captada nos próprios periódicos. Trata-se, como é sabido, de fonte documental de dimensões oceânicas, mesmo nas primeiras décadas do século XIX. Ainda assim, são frequentes tais marcas, e a seguir apresentarei uma reduzida amostragem, à guisa de exemplo pontual, consciente de que justamente este outro oceano, o da oralidade, mescla suas palavras com a imprensa.

Para capturar o universo da oralidade na imprensa dessa época, nada melhor do que escolher um contexto de crise política ou social aguda, quando as expressões ficam mais visíveis e intensas, ou, ainda, periódicos que se envolvem diretamente em tais momentos, sobretudo os que se propõem a mobilizar e tomam partido nos conflitos. Vozes da rua aparecem aí em alto diapásão. Porém, contrariando esta relativa facilidade metodológica, apresento aqui como exemplo principal um jornal que não se propunha, naquele instante,

a ser um mobilizador de ações imediatas (mas de consciências), e fora de episódios de turbulências políticas (embora assumindo uma posição definida): *Astréa*, identificado com os liberais moderados, de oposição ao governo de d. Pedro I, no Rio de Janeiro, em 1828. Em complemento a esta fonte acrescento, de modo bem pontual, outros periódicos da mesma conjuntura. Dessa forma, escolhendo periódico e contexto fora dos padrões esperados para o recorte temático, parece-me mais consistente comprovar e analisar esta “invasão” da oralidade no papel impresso, num ritmo próximo ao cotidiano daquela sociedade, não em um momento de maiores tensões

ou mudanças – como foram, por exemplo, os anos 1821-22, e também 1831-33, que propiciaram não só um aumento quantitativo de papéis em circulação, mas de uma ampliação da palavra pública, logo, de maior visibilidade do objeto aqui tratado.¹⁸

Diferentes tipos de expressão oral aparecem nas páginas do jornal *Astréa*. Um deles é a leitura coletiva de papéis, por meio da circulação de mão em mão e da repercussão junto a um grupo definido.

Zeloso do crédito, e honra do meu Comandante de quem sou amigo por conhecer nele probidade, não posso deixar de tributar-lhe este ofício de ami-

A S T R É A.

Subscrição na Typographia da Astréa na rua da Alfândega N. 426, em trimestres, por 2,500 rs. uma folha, que sairá às terças, quintas, e sábados. Vendem-se na Typographia, e nas lojas dos Srs. E. F. da Veiga e C., na rua dos Pescadores N. 49, e J. B. dos Santos, na da Cadeia N. 83, as folhas avulsas à 80 rs. cada uma.

Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependencia de censura; com tanto que hajão de responder pelos abusos, que commetterem no exercicio d' este Direito, nos casos e pela forma que a Lei determinar.
*(ART. 179. §. IV. da Constituição Política do Imperio do Brasil.)

CORRESPONDENCIAS.

Snr. Redactor.

Zeloso do credito, e honra do meu Comandante de quem Sou amigo por conhecer nelle probidade, não posso deixar de tributar-lhe este officio de amizade, reñtando quanto se acha exarado n'um *Papel Grande* que andou por varias mãos, dias antes do Entrudo, e em cujo papel se viu a honra do Sr. Comandante commetido hum erro de Officio passando hum Attestação graciosa ao honrado Cidadão Balthazar Pinto dos Reis: para destruir similhante absurdo nada preciso se-ção que Vm. se digne inserir no seu Periódico a Ordem do Dia, que se segue, mandada pôr aqui em vigor por Portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra de 17 de Outubro de 1821, que tambem manda seguir a determinação das Cortes Geraes Extraordinarias, e Constituintes da Nação Portugueza que trata do Direito de Petição respeito aos Cidadãos Militares; de cuja Ordem claramente se colige ser a prohibição sómente entre Militares.

Um Official d'Artilheria Montada.

Ordem do Dia 26 de Julho de 1811.

Officiaes seja surprehendida (porque ha alguns que não podem negar-se ao que se lhes pede pessoalmente) que S. Exc. estabelece esta prohibição; e quando qualquer Official lhe dirigir algum requerimento (o qual S. Exc. está sempre prompto a receber) será então o tempo proprio para o mesmo Sr. se informar do seu caracter e conducta, e de tudo o mais que disser respeito ao seu requerimento; e S. Exc. procurará informar-se directamente das Pessoas competentes.

Mozinho, Ajudante General.—Joaquim de Oliveira Alves, Ajudante General.

Snr. Redactor da Astréa.

Consedendo a sua imparcialidade hum lugar na Astréa de hontem a hum *rote de* Balthazar Pinto dos Reis datada do Morundu a 16 do corrente, espero tambem me não negará hum cantinho á resposta que me cumpre dar. E por este obsequio lhe ficará muito obrigado.

O Commissario Geral do Exercito.

Gloria 20 de Fevereiro de 1828.

O Sr. Balthazar Pinto dos Reis pôde latir a vontade, e desenrolar sua *Bandeira* com as cores que quizer.

Edição n. 249 do jornal moderado *Astréa*, do Rio de Janeiro, 1828

zade, refutando quanto se acha exarado n'um Papel Grande que andou por várias mãos, dias antes do Entrudo, e em cujo papel se diz haver o dito Comandante cometido um erro de Ofício (...).¹⁹

Não cabe destacar aqui, evidentemente, esta querela no âmbito militar, que teve desdobramentos nas edições seguintes e referia-se à vida pessoal do dito comandante. Aliás, era comum que papéis anônimos, impressos ou manuscritos, apresentassem conteúdos que dificilmente apareciam na imprensa regular, como críticas políticas e sociais mais contundentes e/ou ataques pessoais e injuriosos. É sugestivo o modo como o papel circulava e era lido pelo grupo, bem como sua proximidade com o Entrudo (conhecido festejo carnavalesco). Não se tratava, pois, de leitura individual, e seu conteúdo poderia, mais facilmente, chegar a ouvidos não alfabetizados. Além desse fator, a dinâmica da vida urbana, que se alterava com a proximidade do Entrudo animando as ruas, imbricava-se, ainda que indiretamente, com a circulação do papel – conjunto que aparecia narrado no jornal. Estabelecia-se, então, um elo, naquele instante, entre o papel que circulava e era verbalizado coletivamente, a trepidação urbana e o periódico, marcado assim pelas vozes.

Corroborando o testemunho do *Astréa* no tocante à leitura coletiva, o redator do *Diário Fluminense*, órgão de apoio ao governo imperial (portanto, em posição política oposta) também registrava que, ao se encontrar no meio de um grupo

(ele não especificava qual, nem onde, mas a afirmação parecia ter endereço certo), relata ter visto leitura coletiva de jornal: em meio a esse grupo de pessoas, um indivíduo que “tirou d’algieira a dita folha e se nos pôs a ler o artigo”. E, na mesma edição, o jornal destacava que “mandaram afixar pelas ruas desta cidade varios pasquins” de cunho “anarquista”.²⁰ Não por acaso, a publicação governista assinalava, simultaneamente, a palavra impressa que se oralizava e os papéis que fugiam ao circuito dos periódicos estabelecidos – ambos registrados no jornal, gerando, mais uma vez, esta movimentação das palavras que não se limitavam a seus suportes ou vias iniciais, comunicando-se reciprocamente.

Estas dimensões da oralidade que pude perceber no *Astréa* referem-se, justamente, às marcas das vozes das ruas sobre o papel: movimentações, conversas, diálogos e desentendimentos.

Ainda envolvendo um quartel (além da finalidade militar, era também local de sociabilidade), registrava-se outra conversa, desta vez em um “ajuntamento”:

Chegando a minha noticia, que há dias eu fora censurado (em um ajuntamento onde se achavam três Officiais do 1º e 2º Corpo d’Artilharia de Posição d’esta Corte, aliás honrados e dignos d’estima por seus livres sentimentos) de morolo (moroso?) em patentear ao respeitável Público, pelo Prelo, as abomináveis tramas do dito primeiro Corpo d’Artilharia (...).²¹

Mesclavam-se na página do jornal: ajuntamento, conversa, prelo e intriga – ingredientes constantes deste trajeto das palavras entre oralidade e escrita.

Em outra correspondência, assinada com o pseudônimo Mascoto,²² que ocupava a primeira e a segunda páginas (num total de quatro) do jornal, relatava-se, inicialmente, uma procissão:

Era Sexta-Feira e contavam-se sete do corrente mês, quando eu achava-me à tarde no Terreiro do Paço para ver a Procissão. Apenas me achava eu assim colocado, apareceu com todo o aparato religioso o Pendão dos Paços, e a sua presença fez-me recolher o espírito até então distraído pela multidão de objetos pitorescos, que desafiavam-me os sentidos.²³

Prosseguindo a narrativa, o redator da correspondência reclama que conversas o retiraram da pretendida concentração: “A indiscrição porém dos meus vizinhos distraiu-me de tal forma o espírito, que não pude desempenhar como queria, a qualidade de observador da Procissão do Senhor dos Passos injustamente condenado”.

A seguir, a conversa dos “vizinhos” gira em torno de iniciais no estandarte da procissão que, lidas de maneira dúbia, geraram discussão sobre o respeito e a amplitude dos poderes do monarca enquanto soberano, diálogo no qual o redator se envolveu – descambando para uma acirrada discussão política que, no decorrer da carta, se transforma, da parte de seu autor, em doutrinação constitucional e antidespóti-

ca, em uma evidente crítica aos poderes atribuídos a d. Pedro I.

Está claro que o desenrolar do relato não é a descrição fiel de uma conversa de rua – a qual pode ter sido total ou parcialmente imaginada pelo redator da carta como pretexto para externar suas posições políticas. Trata-se de recurso tradicional no estilo panfletário e doutrinário de difusão: uso de diálogos, personagens e cenas mais ou menos fictícias. Mas sem dúvida tal narração foi embasada em um evento recente e ocorrido ao ar livre – a procissão do Senhor dos Passos e, quem sabe, em fragmentos de diálogos travados nesta ou em outra ocasião. De qualquer modo, o texto deste periódico usa como recurso – literal ou ficcional – a oralidade e sua transmissão em espaços coletivos, ligados à vida urbana.

No mesmo jornal, outra passagem merece atenção: “Corre por esta Cidade um Soneto impresso na Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, e que foi lançado no Teatro sobre a Plateia no dia 8 do corrente mês (...)”.²⁴

Registra-se fugazmente, como em uma síntese, este trajeto: poema manuscrito, em seguida impresso, declamado para a plateia do teatro, circulando pela cidade e transcrito no jornal – que não finalizaria, necessariamente, esta andança da palavra que “corre” pela cidade.

Nota-se, aliás, que o “Teatro” (nesse caso denominava a casa de espetáculos oficiais do Rio de Janeiro) teve, nas primeiras décadas do século XIX, papel relevante nes-

tes espaços públicos em transformação. Não era apenas lugar de representação teatral ou musical, nem unicamente palco para declamações literárias, mas também, e sobretudo, um local de embates políticos, por parte da plateia.²⁵ Na falta de locais previstos institucionalmente para assembleias ou manifestações explicitamente políticas, este teatro, situado no centro da capital do Império, foi como que apropriado por setores da população – nem sempre os habituais espectadores – como campo de embates e afirmação de posições. Tornou-se, assim, um espaço híbrido entre reuniões a quatro paredes e as vozes da rua, mesclando ambas e gerando um ponto privilegiado de circulação e propagação das palavras.

As reações à cultura francesa tomavam aspectos nem sempre esperados no ambiente da plateia do teatro. Veja-se, por exemplo, o relato consternado do conde de Pontois sobre: “(...) *cris proférés pendant quelques jours au spectacle contre les femmes habillées à la mode Française et coiffées de chapeaux Français; l’arrivée au théâtre de l’Impératrice portant un de ces chapeaux a suffi pour faire ceper ces indécens tumultes*”.²⁶

As vestimentas como emblemas políticos foram marcantes no início do período regencial (1831) no Brasil. Tal significado atribuído à cultura das aparências implicava na escolha de certas vestimentas a serem exibidas, assim como na crítica a outros padrões culturais – no caso, aqui, à moda francesa. Estamos diante de mais

um elemento para pensar criticamente a repercussão e presença das referências da França no Brasil, naquele período pós-Independência e de afirmação de identidade nacional – não somente pelas ideias impressas, mas também no âmbito de gestos e falas.

Na mesma Praça do Rocio onde ficava o teatro (que se chamou, sucessivamente, São João, São Pedro e Constitucional, nos períodos joanino, Primeiro Reinado e Regências, expressando assim as mudanças e lutas políticas), ocorriam outros destes transbordamentos da leitura da palavra impressa, registrados, também, pela própria imprensa, ainda que com intuito de polêmica. Anote-se, aliás, que, informalmente, esta localidade era conhecida como Praça do Teatro, oralidade registrada pela imprensa.

O conhecido livreiro, jornalista e líder político dos liberais moderados, Evaristo da Veiga, assinalava, em tom de denúncia, o hábito de “lerem-se Periódicos grátis na Praça da Constituição”. A crítica tinha alvo certo e foi prontamente respondida por outro conhecido livreiro e editor, Francisco de Paula Brito: “jamais em minha casa se lerão Periódicos de graça, e eu não posso privar que um Freguês que paga com seu dinheiro qualquer folha se apresse a lê-la; eis o que às vezes acontece”. Ao que o mesmo Evaristo rebateu: “É costume nas casas, aonde se vendem Periódicos, facilitar-se a leitura aos que desejam”.²⁷

Esta pequena contenda, que fazia parte de um desentendimento político e pesso-

al entre ambos, serve para revelar outro tipo de difusão da leitura que ocorria nos pontos de venda de jornais, nas próprias tipografias e livrarias: o acesso facilitado a quem não podia pagar, mas que sabia e se interessava em ler. Marca-se assim, mais uma vez, a especificidade entre as elites econômicas e as culturais.

Ainda no *Astréa* encontra-se outro modo de presença da oralidade: a transcrição de anedotas.²⁸ Era um recurso sistemático e reiterado, mostrando que mesmo publicações a princípio não caracterizadas como humorísticas podiam conter sua dose de humor. Parte expressiva das piadas tinha caráter político-pedagógico, ou seja, pro-

curavam passar, através da linguagem coloquial e divertida, determinados valores e propagar sentimentos e convicções. Várias anedotas tratavam de temas anticlericais, envolvendo padres em situações dúbias, embaraçosas ou francamente antipáticas – numa perspectiva, portanto, de laicização da política, embora sem a virulência (aliás, pouco comum) que caracterizaria a Questão Religiosa quatro décadas mais tarde. Outras piadas versavam sobre situações do cotidiano, como trapaças, desonestidades e pessoas enganadas. Em todo caso, as anedotas, como se sabe, são típicas da transmissão oral. Contadas em grupos ou circulando de boca a ouvido, percorriam

ANNO DE 1851.	SEXTA FEIRA 16 DE DEZEMBRO.	NUM. 570.
AURORA FLUMINENSE.		
<p>Subscreve-se para esta Folha na loja de livros de Evaristo Ferreira da Veiga e Comp., rua dos Pescadores N. 49, a 27000 reis por trimestre; e vendem-se Numeros avulsos na mesma casa, e nas dos Srs. João Baptista dos Santos, e Ogier, rua da Cadeia.</p>		<p>Pelo Brasil dar a vida, Manter a Constituição, Sustentar a Independência, He a nossa obrigação.</p>
RIO DE JANEIRO. TYPOGRAPHIA DE R. OGIER, RUA DA CADEIA N.º 142.		
<p>INTERIOR.</p> <p>Huma Lei que era objecto dos vottos sollicitos de todos os Cidadãos Brasileiros, de todos os verdadeiros amantes da liberdade, acaba em fim de ser sancionada pela Regencia Permanente, e ella será hum facto importante, que muito influirá para o futuro na garantia das nossas liberdades; fallamos da Lei das Guardas Nacionaes, que á muito tem sido reclamada de todas as partes do Imperio como hum penhor sagrado da ordem, e tranquillidade publica, e ao mesmo tempo como hum recurso ás vexações continuas supportadas pelos soldados milicianos, e como unico meio de contranger os indifferentistas a tomar parte nos sacrificios necessarios ao bem da cauza publica.</p>		<p>Não temos os talentos necessarios para analizar todas as consequencias felizes, que devem provir dessa Lei salutar, e nem mesmo inda tivemos bastante vagar para meditar na sabedoria, e conveniencia das suas disposições; porém offerecemos aqui aos nossos leitores hum breve esboço das reformas mais importantes, que viremos a gozar com a execução da providentissima Lei de 18 de Agosto de 1831.</p> <p>Todos os Cidadãos são obrigados ao serviço das Guardas Nacionaes, huma vez que possuão a renda necessaria para ter votto nas eleições primarias; assim ninguem será exceptado deste encargo indispensavel, á excepção daquelles que por seus empregos o não podem exercer, e inda muitos destes, bem como os Estudantes, Advogados, Empregados publicos, Medicos, e Cirurgiões são obrigados ao serviço de reserva.</p>

Jornal *Aurora Fluminense*, editado por Evaristo da Veiga, Rio de Janeiro


ruas e botequins, casas particulares e boticas, locais de encontro ou de trabalho no meio urbano. Assentadas no papel impresso, vinham em forma de vozes e, daí, prosseguiria a propagação pelas falas que faziam rir e distrair. A anedota aparecia em diversos jornais do mesmo período, não só no Rio de Janeiro. Outras facetas deste verdadeiro caleidoscópio da inter-relação entre palavra falada e impressa podem aqui ser assinaladas (apenas como pista para futuras pesquisas) para o período e local tratado – embora não se limitem, evidentemente, a eles.

Uma delas é o rumor. Superando-se a estreita e literal perspectiva que associa rumor-boato-mentira, em contraponto às informações ou fatos que poderiam ser verdadeiramente comprovados, é instigante compreender a aproximação e repercussão recíproca entre a imprensa e aquelas falas relativamente coesas, isto é, com certa coerência e objetivos, que se espalhavam facilmente (e febrilmente) pela cidade, percorrendo diversos grupos sociais, reapropriadas e reproduzidas como rastilho de pólvora no ambiente urbano. Tais rumores, às vezes oriundos de personagens específicos e visando determinados interesses ou alvos, poderiam ter mais impacto do que a imprensa. Eram, pois, tão concretos quanto esta, e não apenas falsidade, embora seus conteúdos pudessem ser falsos. Apareciam, com frequência, nos periódicos: contestados ou, ao contrário, propagados. Poderiam ser gerados ou reforçados pela imprensa, mas em geral faziam caminho

contrário: eram vozes que marcavam o papel impresso. Entre os muitos exemplos, houve o rumoroso (não se perca pela palavra) caso envolvendo Cipriano Barata e as acusações de “haitianismo” na Bahia em 1831, propagando-se até o Rio de Janeiro.²⁹ Muitos papéis foram impressos para se contrapor a este rumor, aparentemente sem sucesso. O rumor pode ser considerado uma versão mais contundente e intensa da chamada “fama pública” ou “voz pública”, invocada assiduamente pelos redatores do período, quando não queriam se comprometer com determinadas posições ou afirmações, e por isso se referiam a falas não gravadas no papel.

Vale ainda incorporar nessa breve lista, para o Rio de Janeiro e cidades portuárias do período, a chegada de navios, do estrangeiro ou de outras províncias. Não apenas pelos papéis que o navio transportava (correspondência privada, jornais e afins), era uma cena comum moradores se aglomerarem no cais para interrogar tripulação e passageiros e, assim, saberem das notícias atualizadas. Os jornais que, por sorte, se faziam imprimir naquele dia, ostentavam algumas destas novidades, citando até como foram colhidas.

A (QUASE) IMPALPÁVEL TRAJETÓRIA DAS PALAVRAS

 historiador Robert Darnton traçou, visualmente, um esquema do que ele chama de “rede de comunicação”, pensando em Paris de meados e fins do século XVIII (ver organograma a seguir). Como ele mesmo

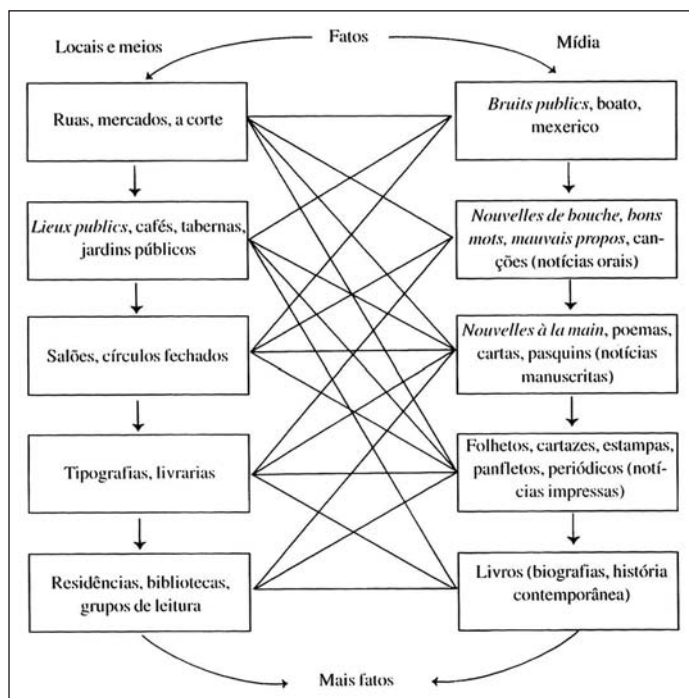
reconhece, esse modelo não dá conta de todos os trajetos da palavra, nem se aplica necessariamente apenas àquela localidade e período. Mas vale como forma de sistematização do tema deste artigo.

Esses quadros e suas linhas entrelaçadas (cuja descrição aqui seria redundante) revelam a dificuldade em se captar e definir as tramas complexas nestes cruzamentos entre vozes e impressos. Ao mesmo tempo, são como um retrato fluido e parcial que busca fixar as teias moventes, dando-lhes sentido e definindo suportes.

Numa visão de conjunto sobre o tema tratado, não se pode ignorar a especificidade da leitura e da escrita. Deste modo, aponta-se a distinção, para a imprensa, entre público e audiência.³⁰ Público seria o leitor propriamente, letrado, ainda que em

diferentes graus, para o qual o redator se dirige e almeja, ou, mesmo à revelia deste, amplia-se ou altera-se. Há vários perfis de públicos possíveis de serem traçados, em publicações diferentes e até numa mesma publicação. Já audiência inclui o público, mas vai além dele. Tomando a expressão ao pé da letra, incorpora aqueles que ouvem (e falam).

Numa tentativa de fixar os agentes em diversos pontos destas trajetórias das palavras, sem hierarquizá-los *a priori*, pode-se assinalar: os redatores/escritores, os leitores diretos, os públicos e seus espaços, e, ainda, o não público, isto é, aqueles que não só se apropriam da palavra impressa, como deixam a marca de suas vozes, indiretamente, no papel. Uma síntese desta discussão, ao mesmo tempo chegada e



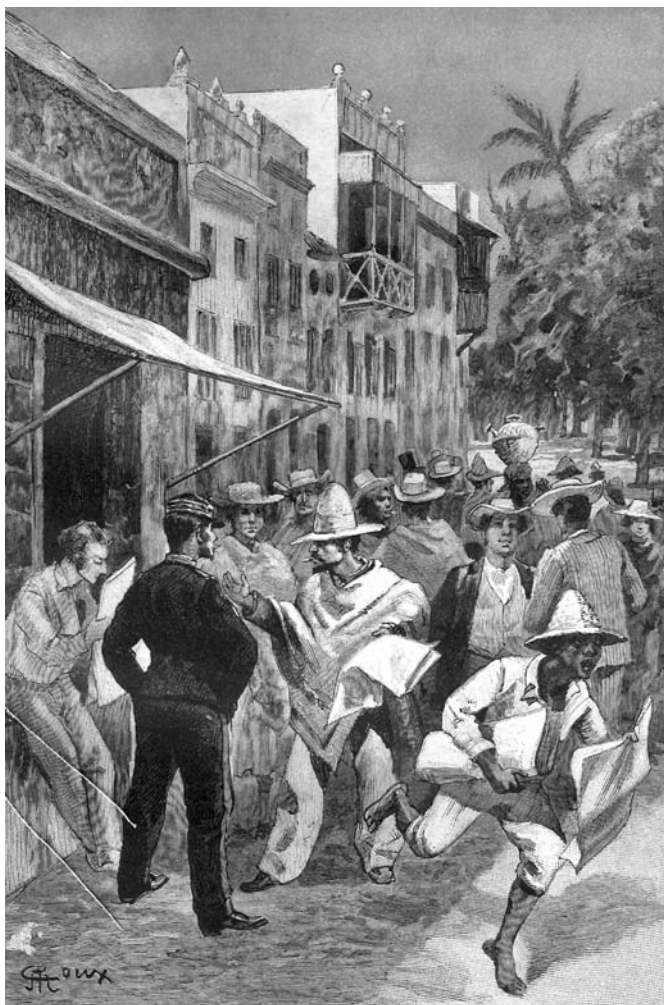
Circuito de comunicação das notícias, modelo apresentado pelo historiador Robert Darnton em *Os best-sellers proibidos da França revolucionária*, de 1998

ponto de partida, encontra-se na gravura aqui reproduzida.

Verdade que tal gravura, de George Roux, se refere à segunda metade do século XIX, à Venezuela, e foi publicada num livro de ficção e viagens extraordinárias, do francês Júlio Verne, baseada em relatos escritos e visuais de viajantes europeus sobre aquelas paragens, sobretudo as obras de Jean Chaffanjon.³¹ Mas ainda assim, com todas estas mediações, ela leva a pensar e a visualizar, através destes intermediários franceses, a relação entre imprensa,

oralidade e espaços urbanos do século XIX num país americano de formação ibérica, perpassado por desigualdades sociais e diversidades culturais.

As notícias e os rumores corriam, como então se dizia. O que equivalia às palavras em movimento e transmissão de – e para – múltiplos pontos simultâneos. A polissemia do verbo correr, já registrada no dicionário de Moraes e Silva de 1813, incluía entre seus significados o de “andar no público”. Ou seja: correm “a moeda, as novas, a fama, um livro”.³²



Tal movimentação de palavras, incluindo a oralidade, não extrapolava sempre e necessariamente um determinado meio social e podia manter-se no interior dele, ainda que atçando divisões e contradições, até pela linguagem e temática comuns, mais facilmente compreendidas e captadas pelos que partilham os mesmos códigos. Porém, sem eliminar as distâncias e conflitos sociais, as palavras com frequência expandiam-se (iam e voltavam) entre diferentes setores da hierarquia da sociedade. Essas palavras (impresas ou faladas, com seus pontos de interseção) também poderiam servir de canais de contestação justamente às hierarquias estabelecidas, na medida em que não respeitavam seus limites e faziam transitar conteú-

“Os jornais se misturam”, ilustração do livro *O soberbo Orinoco*, de Júlio Verne, 1898

dos que podiam ameaçar, incomodar ou transformar atitudes e consciências. Mas ao mesmo tempo, inseridas nas relações estabelecidas, as palavras em cruzamento poderiam servir de reforço e reprodução de tais hierarquias e relações.

Enfim, abandonar, ainda que provisoriamente, noções preconcebidas e enraizadas, como cima e baixo, círculo fechado, luzes *versus* ausência de letras, pode

permitir uma compreensão com mais nuances deste caleidoscópio que, mal se fixa diante da visão, já está de novo em movimento. Lutar com palavras é a luta mais vã, formulou Carlos Drummond de Andrade. Mais particularmente pensando na relação França e Brasil, presente em diferentes instâncias na temática aqui abordada, torna-se instigante não usar nenhuma vez a palavra “influência”.

N O T A S

1. DAVIS, Natalie Zemon. O povo e a palavra impressa. In: *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 157-185; GOODY, Jack (org.). *Literacy in traditional societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968; EINSENSTEIN, Elizabeth. Some conjectures about the impact of printing on western society and thought: a preliminary report. *Journal of Modern History*, v. 40, p. 1-56, 1968; CLARK, T. J. *Image of people: Gustave Courbet and the second French republic, 1848-1851*. New York Graphic Society, 1973.
2. CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995, p. 179-192.
3. DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
4. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
5. FARGE, Arlette. *Dire e mal dire: l’opinion publique au XVIIIe siècle*. Paris: Seuil, 1992; Idem, Palavras sem história, história sem palavras. *Maracanã*, PPGH-UERJ, n. 2, ano II, p. 88-100, ago.-dez. 2004.
6. GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias*. Madri: Mapfre, 1992 (ver cap. 7 e 8); Idem. “Voces del pueblo”: redes de comunicación y orígenes de la opinión pública en el mundo hispánico (1808-1814). *Revista de Indias*, Madri, v. LXII, n. 225, p. 357-384, 2002.
7. DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (org.). *Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996; BERTAUD, Jean-Paul. Histoire de la presse et Révolution. *Annales Historiques de la Révolution Française*, Paris, n. 285, p. 281-298, juil.-sept. 1991 propõe estudo baseado na gramática e na sintaxe dos textos de época, como expressão de signos políticos.
8. ENCYCLOPEDIE ou *Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (1751-1772). Ed. integral. Marsanne: Édition Redom, s.d. CD-ROM.
9. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; CONTIER, Arnaldo. *Imprensa e ideologia em São Paulo: 1822-1842*. Petrópolis: Vozes, 1979; LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência, 1821-1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; PEREIRA DAS NEVES, Lúcia Bastos. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan; Faperj, 2003.
10. GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997; CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; MATOSO, Kátia de Queiroz. *Bahia, uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; SILVA, Eduardo. *Dom Obá II d’África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; REIS, João; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

11. CONTIER, Arnaldo, op. cit., p. 38, retoma a perspectiva de Antonio Candido, O escritor e o público. In: *A Literatura no Brasil*, vol. I. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1956, p. 102.
12. MOREL, Marco. A “voz popular” através de manuscritos, gritos e gestos. In: *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial do Rio de Janeiro (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 1995, cap. VII, p. 223-239. O presente artigo retoma e dialoga com temas tratados em minha tese de doutorado, publicada no livro citado nesta nota e em outras adiante.
13. MOREL, Marco, op. cit., p. 67-82.
14. COSTA, Wilma Peres. *Entre Viena e Verona: Chateaubriand, a confluência dos tempos e dos mundos (1815-1822)*. Original gentilmente cedido pela autora.
15. Cf. nota 17.
16. MOREL, Marco, op. cit., cap. I, “As revoluções nas prateleiras da rua do Ouvidor”.
17. “Eu li ontem num cartaz escrito a mão, preso à porta do Sr. Francisco de Paula, em que se pedia a cabeça de pessoas as mais distintas e que se pretendia enviar para a África nas galés a maior parte dos indivíduos próximos à figura do soberano. Eu vi toda a espécie de gente fazendo cópias com um descaramento inconcebível.” *Correspondance politique du Brésil*, vol. 1, Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Paris, despacho de 5/3/1821. Nenhuma das peças citadas por estes diplomatas foi ainda localizada em arquivos brasileiros: utilizo aqui apenas a referência destes agentes. Os relatos destes diplomatas e as questões sobre eles foram tratadas em MOREL, Marco, op. cit., p. 68-83.
18. Para análise qualitativa e quantitativa da imprensa nesses períodos, ver BASILE, Marcello. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004; PEREIRA DAS NEVES, Lúcia, op. cit.; MOREL, Marco, op. cit., parte II.
19. *Astréa*, Rio de Janeiro, Typographia da Astréa, n. 249, 21/2/1828, p. 1.
20. *Diário Fluminense*, n. 23, 24/3/1830.
21. *Astréa*, Rio de Janeiro, Typographia da Astréa, n. 289, 3/6/1828.
22. Mascoto: grande martelo usado na fabricação de moedas.
23. *Astréa*, Rio de Janeiro, Typographia da Astréa, n. 261, 20/3/1830, p. 1-3.
24. *Astréa*, Rio de Janeiro, Typographia da Astréa, n. 269, 12/4/1830, p. 1.
25. Sobre o ambiente político no Teatro no Rio de Janeiro deste período, ver MOREL, Marco, op. cit., p. 233-239.
26. “(...) críticas feitas durante alguns dias no espetáculo contra as mulheres vestidas à moda francesa e de chapéus franceses; a chegada da Imperatriz ao teatro usando um desses chapéus foi o suficiente para fazer cessar esses tumultos indecentes.” *Correspondance politique du Brésil*, vol. 12, Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Paris, despacho de 30/9/1831.
27. *Aurora Fluminense*, n. 564, 2/12/1831.
28. Apenas nesta amostragem, encontram-se anedotas nos seguintes números do primeiro semestre de 1828: 249, 21/2; 266, 3/3; 273, 22/4; 274, 24/4 e 280, 8/5.
29. Ver documentos e indicações sobre este rumor e os impressos gerados a partir dele em BARATA, Cipriano. *Sentinela da Liberdade e outros escritos (1821-1835)*. São Paulo: Edusp, 2008, parte IV.
30. Uso como referência, reapropriando e invertendo os significantes, as categorias de audiência e público desenvolvidas por CLARK, T. J., op. cit.
31. VERNE, Jules. *Le superbe Orénoque*. Paris: J. Hetzel, 1898. Coleção Les Voyages Extraordinaires. Ilustrações em preto e branco e colorido de George Roux.
32. MORAES E SILVA, A. de. *Diccionario da lingua portugueza (1813)*, 2 t. Rio de Janeiro: Litho-Typographia Fluminense, 1922.

Recebido em 15/6/2009

Aprovado em 25/11/2009